

# Sociologia e história: um diálogo de surdos?

Uma homenagem a Bernard Lahire

Adalberto Cardoso

I

A sociologia nasceu como disciplina em diálogo com a história. Essa parecerá, a alguns, afirmação banal. Mas como a disciplina parece ter perdido a memória dessa banalidade, dedique-lhe alguma energia. Tanto Marx quanto Weber estavam preocupados com a compreensão do presente, mas para isso se debruçaram sobre os mecanismos que haviam levado a humanidade a uma quadra da história que para ambos era ao mesmo tempo estranha e aterradora: a modernidade que aprisionava os modernos numa cadeia de alienação, dominação e exploração (Marx) ou numa teia burocrática impessoal onde imperava a racionalidade instrumental (Weber). Ambos, à sua maneira, alimentaram a utopia de uma saída possível da prisão da modernidade, e nos dois casos ela estava de um modo ou de outro relacionada com a ação. Revolução em Marx, ação política em Weber. E a política é arte na conjuntura, age-se no presente, sobre o presente para moldar nele o futuro.

O projeto de intervenção social capaz de livrar os homens dos grilhões da modernidade, seja ela o capitalismo, seja ela o racionalismo mesquinho da otimização de meios para a realiza-

ção de fins definidos exogenamente aos sujeitos, esse projeto não pode ser compreendido se não levarmos em conta as concepções de cada um desses autores sobre os caminhos que deram origem ao capitalismo e à racionalidade instrumental. As reflexões de Marx e Weber eram intrinsecamente históricas, ainda que não necessariamente historiográficas. Hobsbawm, em sua apresentação das “Formações econômicas pré-capitalistas”, mostrou que Marx conhecia bastante bem o que havia sido produzido sobre as formações anteriores ao capitalismo pela historiografia de seu tempo, tendo ele mesmo chegado fontes e interpretações. Seu trabalho sobre as teorias da mais valia e sua crítica da economia política é, autenticamente, história das ideias, sendo também reconstrução histórica do presente que ele queria transformar.

Durkheim, por seu lado, foi buscar nas formas elementares da vida religiosa, ou no passado da humanidade co-presente em seu tempo nas sociedades primitivas da Oceania, os fundamentos de suas concepções mais importantes a respeito da consciência coletiva e da natureza da solidariedade social. As sociedades primitivas de seu tempo tinham, para ele, o mesmo estatuto dos registros fósseis para os arqueólogos: atualizavam o passado vivo, ou a infância da sociedade ocidental, e Durkheim encontrou nela a chave de interpretação do presente. Mas sabemos que, em sua sanha de consolidar a especificidade da sociologia, Durkheim reputava a história uma atividade intelectual estranha à busca das regularidades, das permanências, das instituições que eram, para ele, o objeto da sociologia. Tinha, também, uma visão algo estreita da historiografia, para ele disciplina voltada para o estudo dos grandes vultos do passado. Sua interpretação da mudança social, ou da passagem de uma sociedade de solidariedade mecânica para outra de solidariedade orgânica, por meio de mecanismos como o crescimento

## Cadernos do Sociofilo

populacional, maior complexidade, diferenciação, divisão do trabalho etc., não constitui um argumento histórico, embora seja preñe de temporalidade. Essa distinção entre história e temporalidade é importante e voltarei a ela.

As viradas linguístico-pragmática e fenomenológica dos inícios do século XX abriram veredas que apartaram o fazer sociológico da tradição que dialogava, de um modo ou de outro, com a história. Nem menciono a microssociologia de Gabriel Tarde, ou a sociologia multidimensional mas ainda assim quase microscópica de Georg Simmel. Refiro-me à microssociologia de extração fenomenológica, e ao impacto que Henri Bergson, Edmund Husserl e George Herbert Mead tiveram no ordenamento dos problemas sociológicos. Com Bergson o tempo deixou o reino da história para entrincheirar-se na consciência. O tempo passa a existir como duração, ou sucessão infinita de percepções subjetivas cuja unidade é estabelecida no e pelo indivíduo como memória. Com Husserl aprendemos que a vida social é intersubjetiva, e que o mundo que interessa não é o mundo “realmente existente”, mas sim o mundo tal como apreendido por nossa consciência. Com Mead aprendemos que o próprio self é constituído intersubjetivamente por meio da comunicação, o que coloca a intersubjetividade no centro da própria possibilidade da sociologia. A combinação dessas concepções teve um efeito devastador para a tradição sociológica de inspiração historicista. O mundo social, a vida que interessa ao espírito, ocorre na superfície da existência social, não em suas profundezas, estruturas ou permanências. As noções de *tempo subjetivo* e de *intersubjetividade*, combinados, constituíram as bases de uma nova tradição sociológica que continua dando frutos. O realismo crítico de Margareth Archer, o agir comunicativo de Habermas ou a gramática da justificação de Luc Boltanski são frutos diretos dessa outra tradição.

Se isso é verdade, sabemos que a sociologia não é una. Temos sociologias, ou maneiras diferentes de aproximação à realidade social e de construção de objetos de investigação. É o que Bernard Lahire chama de “interesse de conhecimento”. Mas diferentemente de Weber e da herança fenomenológica, para Lahire nosso objeto *existe* antes de nossa intenção de conhecê-lo. Assim como a imaginação é intencional, a sociologia também o é, mas o mundo social está aí, pode ser descoberto, desvendado e interpretado por uma ciência produzida ao mesmo tempo nele e fora dele. É claro que o objeto é o que os nossos pressupostos epistemológicos fazem dele, e o que a nossa metodologia de construção dele permite fazer ver e também deixar nas sombras ou simplesmente esconder. Nesse ponto o fazer sociológico se aproxima da historiografia: estamos todos construindo narrativas sobre objetos fugidios dos quais nos aproximamos intencionalmente na tentativa sempre vã e sempre infinita e sempre fadada ao fracasso, de dar sentido a ele, mesmo que ele “exista” fora de nós e de nosso instrumental de apreensão.

Se esses fazeres do espírito se aproximam quanto a esse aspecto, talvez a maior diferença entre a sociologia mais ou menos historicamente informada e a historiografia propriamente dita é que os sociólogos olham o passado com os olhos do presente, enquanto os historiadores olham o presente com os olhos do passado. Essa parece uma construção retórica, então vamos ver se me explico.

## II

É conhecida a passagem de Marx sobre ser a anatomia do homem a chave para a compreensão da anatomia do macaco. Nisso ele era ao mesmo tempo hegeliano e darwiniano, dialéti-

## Cadernos do Sociofilo

co e evolucionista. É de Hegel a célebre afirmação, também apropriada por Marx, de que o pássaro de Minerva só alça voo ao entardecer. O passado só adquire sentido em suas consequências no presente, o tempo transcorrido tendo deixado suas marcas na herança que precisamos administrar e transformar. Como para Marx há imanência e necessidade no processo histórico, o devir do passado é o presente, e este é o entardecer que o pássaro de Minerva decifrará. E é de Darwin a idéia de que o homem não é obra de Deus, mas da evolução a partir de uma origem primata comum, que inclui os macacos. Marx leu esse achado com olhos hegelianos. Os macacos só ganham sentido quando situados na linha de tempo evolutivo que os libertou do reino da necessidade, tornou-os eretos e capazes de transformar a natureza e a si mesmos pelo trabalho. O macaco virou homem por necessidade do processo evolutivo, e nisso Marx entendeu mal o velho Darwin, que não via necessidade em nada, apenas seleção natural, por variação, dos indivíduos mais bem adaptados ao ambiente. Adaptação é, por definição, contingente, dependente das condições externas aos indivíduos, elas mesmas obedecendo a eventos contingentes e aleatórios dificilmente enquadráveis numa concepção imanente do desenvolvimento histórico.

Weber também operava em chave aparentada, embora nem evolucionista nem dialética. Weber não via *necessidade* na trajetória que nos trouxe à jaula de ferro da modernidade. Esta era o resultado relativamente contingente de processos que poderiam ter levado a outras “soluções” civilizatórias. Não é por outra razão que ele vai buscar comparações nas civilizações orientais, em orientações religiosas outras que não o racionalismo calvinista. Ele não está fazendo historiografia quando reconstrói a homologia estrutural entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, embora todo o argumento se baseie em

vasta pesquisa histórica, de grande erudição e criatividade. Mas o interesse de Weber não são as outras civilizações por elas mesmas. Sua sociologia é histórica no sentido preciso que Marx construiu a sua: ele quer compreender por que o ocidente assumiu rota própria, específica, diferente do resto do mundo, e a comparação serve para por em relevo, justamente, a especificidade da racionalidade capitalista ocidental, fruto de acidentes históricos que apenas o homem do presente é capaz de deslindar. Não para mostrar a necessidade do percurso transcorrido (como em Marx), mas, ao contrário, para mostrar por que tudo não se passou de outra maneira, quando poderia.

Necessidade, de um lado, ou contingência, de outro, remete a maneiras muito diferentes de apreensão do mundo, denotam epistemologias distintas. A ideia de necessidade denota causalidade como sucessão temporal de eventos objetivos, o presente sendo gestado tal como um feto nas entranhas do tempo. A causalidade em Weber é apenas homologia estrutural entre os conceitos. Não é do âmbito das coisas no mundo, já que estas, de si mesmas, não têm sentido ou destino. Mas Weber era homem de seu tempo, leitor de Dilthey, para quem o indivíduo era fruto da História, para quem a razão era razão histórica (e não razão pura como em Kant), para quem a apreensão do mundo era diferente em diferentes momentos históricos e que, portanto, a verdade era contingente ao tempo, sempre fugidia, justamente porque ancorada na história. Mas os elementos da cultura, objetivados no legado do passado na forma de leis, instituições, monumentos, obras de arte, o que Dilthey chama de “sobras de outras épocas” a compor a paisagem cultural do presente, fazem do tempo presente um tempo histórico, cujas raízes Weber se põe a investigar não para compreender essas raízes, mas sim as suas sobras.

## Cadernos do Sociofilo

A historiografia tem muito da hermenêutica da vida de Dilthey, porém de sinal trocado. A ideia de sobras é preche de consequências para a historiografia, que na verdade opera, justamente, em meio às sobras do passado para buscar construir, a partir delas, sentidos para esse passado, ou esses passados, ao passo que Dilthey, e também Weber, operam com as sobras de outras épocas para compreender o presente.

Escolho, para ilustrar esse problema (isto é, de que a história vê o presente com os olhos do passado e a sociologia vê o passado com os olhos do presente num ambiente temporalmente demarcado em que ambas não têm outra coisa com que lidar senão as sobras de outras épocas), a história social do trabalho, já que o “mundo do trabalho” é o ambiente em que venho me movendo em minha trajetória acadêmica e é também familiar à audiência desta, o que me permite trilhar terreno mais seguro.

Como é sabido de todos vocês, no início dos anos 1960 Edward Palmer Thompson publicou um dos trabalhos mais influentes da história social do trabalho: *A formação da classe operária inglesa (The making of the English Working Class)*. O livro foi um divisor de águas em muitos sentidos, e enumero apenas os que me parecem relevantes para o tema dessa discussão.

Thompson era um historiador marxista, crítico da ortodoxia stalinista e da historiografia marxista tradicional que, do ponto de vista dele, vulgarizava o materialismo histórico ao postar-se diante de seu objeto, a classe operária, como a portadora do destino histórico para ela traçado por Marx e Engels, sobretudo em suas obras mais engajadas, como o Manifesto Comunista. Thompson recusou as ideias de imanência do processo histórico, necessidade da revolução proletária, consciência de classe sobre a exploração capitalista como resultado necessário da dinâmica do capital, dentre outras. A classe operá-

ria, para ele, não era uma entidade em si, identificável pelo historiador em qualquer tempo e lugar onde o capitalismo fosse a formação social dominante. Em interpretação tornada célebre, Thompson escreveu que a classe operária está presente no momento de sua formação; que o historiador deve abandonar a classe de suas convicções e estudar a experiência real da classe operária em seu processo de tornar-se; que o resultado desse processo não está predeterminado no início, e que o conteúdo da consciência de classe será construído pela própria, não pelo que o historiador gostaria que fosse.

Qual o problema dessa, digamos, virada fenomenológica da historiografia marxista? O problema, diz Thompson, é que os trabalhadores, classe subalterna, deixam poucos rastros, quanto mais recuamos no tempo. Estão pouco presentes nas sobras de outras épocas. Não constroem monumentos, não fundam movimentos literários, não transferem patrimônio à posteridade. Sua passagem está gravada em registros policiais, nos alfarrábios das obras de caridade da Igreja, em resquícios de memórias das gerações posteriores. As “sobras” são, em geral, fruto da ação das instituições de controle e repressão sobre os trabalhadores, e trazem as marcas do opressor. O historiador precisa ler nas entrelinhas, filtrar dos poucos documentos a informação invisível, tentar ver o mundo pelos olhos do trabalhador, quando o trabalhador ele mesmo não está visível. Tarefa hercúlea, sem dúvida, mas sem a qual a história da classe operária será, sempre, a história preconcebida do proletariado consciente de seu papel histórico.

Com essa perspectiva Thompson desvendou os repertórios de ação coletiva acumulados na mais insuspeita experiência popular inglesa, como por exemplo as formas comunais de organização religiosa, a sociedade inglesa de correspondência como embrião da organização reticular que depois levaria ao



## Cadernos do Sociofilo

cartismo. O Luddismo deixou de ser visto como uma reação espontânea de operários tradicionalistas egressos do campo contra o monstro do maquinismo, para revelar-se fruto de organização miúda e práticas de formação de vontade coletiva fortemente ancoradas na sociabilidade comunal popular. O Cartismo, por seu lado, teria expressado as expectativas dos trabalhadores ingleses quanto ao novo ordenamento democrático em consolidação e esteve na origem da disposição reivindicativa bifronte da classe operária: luta no mercado de trabalho diante dos capitalistas e no parlamento pelo aprofundamento da legislação social. O “reformismo” do operariado inglês era fruto dessa história de consolidação de repertórios de ação coletiva e formas de interpretação do mundo, ou de consciência de classe. É como se Thompson dissesse: não, a classe operária inglesa não fez a revolução. Mas não pergunte por que ela não o fez. Pergunte o que ela fez de si mesma enquanto tentava, mais ou menos explicitamente, fazer a revolução. E o que ela fez de si mesma não estava predeterminado na teoria.

Mas, e isso é importante, não estava predeterminado *nos fatos*, já que estes precisaram ser construídos pelo historiador a partir das sobras do passado. A *narrativa* historiográfica aparece, então, como um processo de atribuição de significado a um conjunto de eventos cuja disponibilidade está sempre sujeita a novos achados, novos documentos, novas pesquisas, novas evidências. A interpretação thompsoniana esteve e continua, ela mesma, *sub judice*, por assim dizer, à espera de novas conexões significativas dos mesmos (ou de outros) eventos, eles também sobrevivências, no presente, de épocas passadas.

III

Para o historiador, portanto, o presente interessa enquanto repositório imperfeito de evidências do passado, enquanto para o sociólogo historicamente informado, o passado é uma bruma espessa onde buscamos as raízes do presente. Tarefa, em ambos os casos, repito, vã.

Mesmo a sociologia mais pragmática, mesmo a microsociologia mais afeita à superfície da sociabilidade, mesmo aqui o tempo está suposto no fazer sociológico. Não, porém, como tempo histórico, mas como temporalidade, ou ordenamento espaço-temporal da sociabilidade que mobiliza o tempo todo as heranças e “sobras” de outras épocas, ao atualizar e testar, nas relações face-a-face, na intersubjetividade, os horizontes da cultura, transformando-os sempre. Enquanto atividade intelectual e de pesquisa, a historiografia, sobretudo aquela voltada para os costumes e as mentalidades, mas também a história social do trabalho, enquanto narrativa que ordena de certa maneira as sobras do passado, está mais próxima da fenomenologia como gramática das migalhas do presente do que a sociologia historicamente informada, que busca no passado as sementes do que somos, ou do que poderíamos ter sido.